



281

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0340954-1****APELANTE:** ARTHUR DA COSTA**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**REVISOR:** DES. ROBERTO FERREIRA LINS

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE COM APREENSÃO DE 26 PEDRAS DE "CRACK". VALIDADE DOS DEPOIMENTOS POLICIAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 75 DO TJPE. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA MANTIDA. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da APELAÇÃO de n.º **0340954-1** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, nesta data, **por unanimidade, conhecer do recurso para, no mérito, negar provimento**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 23 de 09 de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto**Relator**



285

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0340954-1****APELANTE:** ARTHUR DA COSTA**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**REVISOR:** DES. ROBERTO FERREIRA LINS**RELATÓRIO**

Trata-se de apelação interposta por ARTHUR DA COSTA sendo condenado à pena de **05 (cinco) anos de reclusão e 500 dias-multa no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época**, por prática de crime tipificado no art.33 da Lei 11.343/06, **com regime inicial fechado**.

A denúncia narra que o apelante, em 17.08.2012, por volta das 14:00h, na escadaria do Bloco C2, do conjunto Residencial Abençoado por Deus, localizado na Avenida Maurício de Nassau, Bairro do Iputinga- Recife-PE e após ronda policial, fora preso em flagrante **com 01(um) papelote de maconha e 26 (vinte e seis) pedras de crack e o importe de R\$ 10,00 (dez reais)**.

Laudo preliminar de drogas psicotrópicas em fls.16. Laudo pericial final de fls.28.

Recebimento da denúncia em fls.69.

Audiência de instrução e julgamento em fls.114/117 e 183/184. Partes apresentaram alegações finais em seus respectivos memoriais em fls.198/201 e fls.204/207.

Sentença de fls.212/215 publicada em 10.01.2014, condenando o apelante à pena de **05 (cinco) anos de reclusão e 500 dias-multa no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época**, por prática de crime tipificado no art.33 da Lei 11.343/06, com regime inicial de cumprimento de pena o fechado.

Inconformado, o apelante, em suas razões recursais de fls.252/258, pugnou pela absolvição por insuficiência de provas de prática de crime de tráfico, e que as únicas provas contra o apelante são os depoimentos dos policiais. E



286

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

caso não seja esse o entendimento, seja o delito desclassificado do art. 33 para o art. 28 da Lei 11.343/06.

Em contrarrazões de fls.261/266, o MP argumentou pela manutenção da sentença, em todos os seus termos, uma vez que a decisão considerou comprovada a prática de tráfico.

A Douta Procuradoria, em seu parecer de fls.268/271, opinou pelo **improvemento do apelo**.

É, em síntese, o Relatório. À revisão.

Recife, 23 de 09 de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto**Relator**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0340954-1

APELANTE: ARTHUR DA COSTA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

REVISOR: DES. ROBERTO FERREIRA LINS

VOTO

Trata-se de apelação interposta por ARTHUR DA COSTA sendo condenado à pena de **05 (cinco) anos de reclusão e 500 dias-multa no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época**, por prática de crime tipificado no art.33 da Lei 11.343/06, com regime inicial fechado.

O cerne das razões recursais se baseia na absolvição do crime de tráfico conforme prevê o art. 386, incisos II, V e VII do CPP e caso não seja esse o entendimento que haja a desclassificação do crime do art. 33 para o art. 28 da Lei 11.343/06.

Entendo que as razões recursais não merecem prosperar, nos termos que passo a expor.

Em relação ao pedido de absolvição do crime de tráfico, o mesmo resta infundado, tendo em vista a presença da autoria de materialidade do apelante.

Apesar da negativa de autoria do apelante em relação à propriedade da droga, sua autoria restou devidamente demonstrada pelos depoimentos das testemunhas de acusação os quais apresentam consonância com a quantidade de droga apreendida em posse do apelante.

A testemunha de acusação Edmilson Pastor do Nascimento, em fls. 183, afirma que com o apelante fora encontrada drogas:

(...) ao chegar ao local com a viatura mandou que o réu se levantasse e caiu um papelote de maconha. (...) em seguida, passou a fazer uma varredura no local onde estava o acusado, isso porque os traficantes dificilmente ficam com a droga, sempre escondem em algum local como árvores, boca de lobo, canos, canos de PVC e caqueiras de plantas. A uma distância aproximada de 03 metros de onde estava o acusado, em uma



288

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

caqueira, encontrou um saquinho com uma certa quantidade de pedras que não se recorda se eram 20,25 ou 26(...).

A materialidade também se mostrou Inconteste, comprovadas pelo auto de prisão em flagrante, auto de exibição e apreensão, laudo preliminar e laudo pericial de drogas psicotrópica que **constatou a existência de 6,837g (seis gramas, oitocentos e trinta e sete miligramas) de drogas em 26 (vinte e seis) pedras de crack (fls.28) e 1,234g(um grama, duzentos e trinta e quatro miligramas) de maconha.**

Cumprе ressaltar que, muito ao revés do que alegou o apelante, não há que se falar na fragilidade, enquanto elemento probante, dos depoimentos prestados pelos policiais militares que efetuaram a prisão em flagrante, devendo os mesmos serem considerados como meio idôneo de prova, mormente por se coadunar com as demais provas colhidas durante a instrução criminal, como laudo pericial definitivo de fls.28.

Frise-se, por pertinente, que o policial não está impedido de depor e o seu depoimento não deve ser recebido com reserva, desde que coerente e não colida com os demais elementos de prova, motivo pelo qual merece pleno acatamento, não podendo ser desprezado, visto que tais depoimentos revestem-se de inquestionável eficácia probatória, principalmente quando prestados em juízo, sob a garantia do contraditório, não se olvidando, a propósito, **que o Tribunal de Justiça de Pernambuco sumulou entendimento de que são legítimos os depoimentos prestados por policiais como meio de prova (Súmula nº 75).**

Sobre o tema, a jurisprudência firmou entendimento, verbis:

Evidenciando-se que a decisão que deu procedência ao pedido condenatório se sustentou, quanto ao crime de tráfico de drogas, em provas válidas e devidamente colhidas e/ou corroboradas em juízo, inviável sua cassação. Devem ser levados em consideração os depoimentos de policiais quando estiverem de acordo com o contexto probatório. Precedentes. (HC 99.373/MS, Rel. Ministra JANE SILVA

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO****Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

(DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), SEXTA TURMA, julgado em
18/03/2008, DJ de 14/04/2008)

Resta, então, superada qualquer alegação da defesa de absolvição do ora apelante.

Há de se ressaltar que o apelante já foi condenado por tráfico de crack, mesma substância apreendida no processo ora em análise, tendo sido condenado a pena de 04 anos e 07 meses de reclusão. Incabível, assim, a desclassificação para o delito previsto no art. 28 da Lei 11.343/06. Conforme prontuário do apelante, fl.54, ele progrediu para o regime aberto em 04.05.2012, e em 17.08.2012, 03 meses depois, já foi preso novamente traficando drogas.

Ademais, a reprimenda imposta pelo Juízo de piso se mostra no mínimo legal, **apesar de reincidente específico**, nada havendo para ser reformado na sentença.

Diante do exposto, **nos termos da Manifestação da Procuradoria de Justiça, NEGO PROVIMENTO AO APELO**, mantendo-se na íntegra a sentença do juízo de primeiro grau.

Recife, 23 de 09 de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação n.º 0340954-1 – 4ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes de Recife

Apelante(s): Arthur da Costa
Apelado(s): Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Revisor: Desembargador Roberto Ferreira Lins
Procuradora: Drª. Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de recurso de apelação interposto por Arthur da Costa contra sentença que o condenou pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/06 ao cumprimento de uma pena de 05 (cinco) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa.

A apelante alega, em síntese, que deve ser absolvido, inexistindo provas suficientes à condenação, e que deve ser feita a desclassificação para o delito tipificado no art. 28 da Lei nº 11.343/06.

Pois bem.

A materialidade está comprovada pelo auto de apresentação e apreensão (fl. 14), e pelo laudo da perícia físico-química (fl. 28).

A autoria também se encontra provada pelo auto de prisão em flagrante (fl. 09), bem como pelas provas testemunhais produzidas.

Ao contrário do que alega a defesa, as provas dos autos são mais do que suficientes para configurar o tráfico ilícito de entorpecentes. Os delitos ligados a tóxicos são crimes praticados de modo clandestino, pelo que especial atenção e valor devem ser conferidos à prova indireta colhida, principalmente se harmonizada com o contexto da instrução.

Consta dos autos (fl. 02) que o acusado foi flagrado pelos policiais com 01 (um) papelote de maconha, sendo encontrado na sua guarda 26 (vinte e seis) invólucros plásticos contendo 6,837 (seis gramas, oitocentos e trinta e sete miligramas) de crack. Assim, apesar de a apelante ter negado a prática delituosa, seu depoimento encontra-se isolado nos autos.

Os elementos de prova são firmes e demonstram a autoria delitiva, não podendo haver absolvição ou desclassificação para uso, pois a conduta revela o intuito da difusão ilícita de entorpecentes.

A prova testemunhal colhida, tanto no inquérito policial como em juízo, demonstra a prática do tráfico de drogas pelo apelante, consoante se observa nos depoimentos prestados pelos policiais Alexsandro Rodrigues Cunha e Edmilson Pastor do Nascimento, respectivamente às fls. 11 e 183, respectivamente:

“ao ser feita revista pessoal foi encontrado um papelote de uma substância aparentando ser entorpecente conhecida popularmente como ‘Maconha’ e a quantia de Dez (10) Reais e ao fazer uma varredura no local, encontrou cerca de dois metros do abordado, uma sacola plástica em um vaso de planta contendo 26 (vinte e seis)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação n.º 0340954-1 – 4ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes de Recife

pedras de uma substância, provavelmente Drogas, conhecida popularmente como 'Crack'".

"o depoente passou a fazer uma varredura no local onde estava o acusado, isso porque os traficantes dificilmente ficam com a droga, sempre escondem em algum local como árvores, boca de lobo, canos, canos de PVC e caqueiras com plantas. A uma distância aproximada de três metros de onde estava o acusado, em uma caqueira, encontrou um saquinho com uma certa quantidade de pedras".

Quanto ao testemunho dos policiais, é pacífico o entendimento no sentido da validade do depoimento, principalmente se não contraditados e colhidos sob o crivo do contraditório, conforme se vê no seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO DE TRÁFICO PARA O DE USO DE ENTORPECENTES. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO WRIT. SENTENÇA CONDENATÓRIA FUNDAMENTADA COM BASE NO DEPOIMENTO DE POLICIAIS MILITARES. MEIO DE PROVA IDÔNEO. FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO NÃO DEMONSTRADA.

(...) 4. Conforme entendimento desta Corte, o depoimento de policiais responsáveis pela prisão em flagrante do acusado constitui meio de prova idôneo a embasar o édito condenatório, mormente quando corroborado em Juízo, no âmbito do devido processo legal.

5. Ordem denegada." (HC 146.381/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 17/06/2010, DJe 09/08/2010)

Observa-se, inclusive, que este entendimento já está pacificado neste Tribunal, através da súmula n.º 75 que consigna que "É válido o depoimento de policial como meio de prova".

Além disso, à vista da narrativa do réu em ser usuário de substância entorpecente, cumpre destacar que tal conduta não é incompatível com a ação de tráfico, visto que, alguns usuários se tornam traficantes como forma de sustentar o próprio vício.

Cumpra observar que, segundo o entendimento predominante na jurisprudência, para a configuração do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, basta a presença de elementos que o caracterizem, não sendo necessária a existência de prova concreta da mercancia, concretizando-se o ilícito penal com o ato de o apelante guardar substância entorpecente em seu poder.

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE. GUARDA DA DROGA. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O USO. DILAÇÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação n.º 0340954-1 – 4ª Vara Criminal dos Feltos relativos a Entorpecentes de Recife

PROBATÓRIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO IMPOSTA PELA CONSTITUIÇÃO, PELO ART. 2º, INCISO II, DA LEI 8.072/90 E PELO ART. 44 DA LEI 11.343/06. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O crime de tráfico ilícito de entorpecentes, preconizado no art. 33 da Lei 11.343/06, é delito de ação múltipla (multinuclear), contemplando, entre outras, a guarda da substância, que, na espécie, embasou a prisão em flagrante. (...)

6. Recurso não provido." (STJ, Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 22165/GO, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. 13.12.2007)

Dessa forma impõe-se a manutenção do decreto condenatório, rechaçando-se o pleito de absolvição ou desclassificação para uso.

Ante o exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso interposto.

É como voto.


Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor